

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.536 - SP (2019/0072416-1)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : D F DOS S (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JOSÉ EDÍLSON FERREIRA DE ALMEIDA - SP140797  
ANTÔNIO PEDRO PLACONA - SP130437  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por D. F. DOS S. - preso cautelarmente por suposta infração ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2190091-86.2018.8.26.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 136):

*HABEAS CORPUS - vício da prisão em flagrante - alegações quanto à invasão de domicílio que restaram desconexas do restante da prova colhida no inquérito — ademais, eventual ilegalidade do flagrante que não prejudica o cabimento da prisão preventiva.*

*HABEAS CORPUS - alegação de falta de fundamentação da r. sentença que indeferiu o direito de recorrer em liberdade, tendo se baseado tão somente na gravidade concreta do crime - inocorrência - decisão que ao indeferir o direito de recorrer em liberdade faz menção à decisão anterior que decretou a prisão preventiva, afirmando permanecer o periculum in libertatis e fumus commissi delicti - validade da fundamentação per relationem Precedentes do STJ e STF.*

*HABEAS CORPUS - discussão de matéria de prova impossibilidade.*

*HABEAS CORPUS - presença do fumus commissi delicti no laudo de constatação e prova oral que indica a mercancia de drogas, indicando o paciente como autor - presença do periculum libertatis pelo fato do paciente não possuir vínculos com o distrito da culpa, podendo empreender fuga; praticar o crime com alta reprovabilidade e periculosidade prisão preventiva que não ofende o princípio da presunção de inocência primariedade que não impede a fixação da prisão cautelar indeferimento liminar.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, a nulidade do flagrante, sob o argumento de que os policiais violaram o domicílio do recorrente e, ao não encontrarem nada na residência, "apresentaram o paciente e 07 (buchinhas) de maconha, perante a autoridade policial, para então imputar ao paciente a pecha de traficante" (e-STJ fl. 159).

Sustenta não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP.

Sublinha ser o recorrente mero usuário, primário, além de possuir residência fixa e ocupação lícita.

Diante disso, requer a revogação da prisão preventiva do recorrente.

Contrarrazões às e-STJ fls. 191/194.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 203/208).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informado pela própria defesa às e-STJ fls. 356/364, em 11/11/2019, o Juízo processante revogou a prisão preventiva do recorrente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso.

Intimem-se.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator